

A EVENTUALIDADE DA MORATÓRIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 21.12.1982

Jamais o noticiário econômico ganhou tanto destaque como atualmente. A ameaça de uma ruptura de caixa ou moratória do país, a assinatura da carta de intenções do FMI, os prognósticos de agravamento da recessão em 1983, as promessas dos ministros de que tal não ocorrerá, a análise das medidas claramente recessivas já aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, a significativa ausência do Presidente da República da condução das negociações, o futuro da lei salarial são alguns dos temas mais analisados.

Diante disso, o leitor leigo, mas informado e o número deles felizmente é crescente neste país sente-se confuso, inseguro, ameaçado. Mas os próprios economistas também se sentem perplexos. Na última semana, diante de tantas notícias e confusões, um dos melhores economistas deste país declarava-me: “não estou entendendo mais nada”.

E não é para menos. As autoridades econômicas afirmam que a economia crescerá 2% no próximo ano, mas fazem um violento corte nos investimentos e nas despesas das empresas estatais e reduzem substancialmente os subsídios agrícolas, ao mesmo tempo que mantém os limites quantitativos ao crédito e estabelecem limites rígidos para o aumento da quantidade de moeda. Aquelas autoridades, novamente, falam em uma inflação de 70% em 1983, mas desvaloriza o cruzeiro e prometem eliminar a defasagem nos preços de suas empresas (petróleo, aço, energia elétrica). Ainda que essas medidas sejam corretas, são incompatíveis com a redução na taxa de inflação. Nossas autoridades econômicas, finalmente, afirmam todos os dias que não renegociarão a dívida, quando a estão negociando, que não recorrerão ao FMI, quando já o fizeram, que não declararão moratória, quando isto não depende mais delas e só será evitável se o Governo dos Estados Unidos, em defesa de seus bancos, decidir evitar essa ruptura através de uma contínua cobertura dos débitos de curto prazo que estão vencendo todos os dias.

Mas é impossível, nestas circunstâncias, compreender o significado real das medidas que estão sendo tomadas, é preciso também não nos preocuparmos em demasiado com elas.

Sem dúvida as medidas, se forem cumpridas, serão desastrosamente recessivas. A redução dos investimentos e despesas públicas e a manutenção de taxas de juros elevadíssimas inviabilizando os investimentos privados têm esse caráter. Mas quem assegura que elas serão cumpridas? As pressões e a indignação da sociedade são muito grandes, e não é porque as eleições já passaram que as autoridades econômicas terão toda a liberdade para embarcar em um monetarismo suicida.

Mas a alternativa a essas medidas não é a ruptura de caixa, a interrupção dos nossos pagamentos internacionais? Talvez. Mas será que a moratória não acabara sendo melhor do que essas medidas? Sem dúvida teremos graves problemas. Seremos obrigados a pagar à vista todas as nossas importações, não haverá divisas para isto; e um complexo e violento controle seletivo de importações será inevitável. Poderemos ter, em consequência, falta de determinados insumos básicos e recessões setoriais de oferta. Mas tudo isto não será melhor do que a recessão prolongada e sem esperanças que está implícitas nas últimas medidas governamentais?

Afinal, em meio à crise desencadeada pela ruptura de caixa, seremos obrigados a nos voltar mais para o mercado interno, seremos obrigados a administrar com mais decisão nossa economia, ao invés de sermos dirigidos por nossos credores e pelos economistas ortodoxos daqui e de lá que acreditam no mercado, na recessão e no desemprego para estabilizar a economia brasileira.(21/12)